

A inflação da terceira idade

A população da terceira idade totaliza hoje 15 milhões de brasileiros, o triplo da de 1970. Na última década o número de pessoas com mais de 60 anos cresceu três vezes mais do que a população total (47%, contra 15,7%). Projeções demográficas indicam que o contingente de idosos irá mais do que dobrar nos próximos 25 anos, atingindo cerca de 32 milhões de habitantes, o que corresponderá à sexta do mundo.

A legislação brasileira tem sido bastante ativa no período recente na criação de ações afirmativas voltadas à terceira idade. A começar pela Constituição de 1988 e pela promulgação do Estatuto do Idoso de 2003. A Carta garante o poder de compra de benefícios previdenciários sem, no entanto, especificar referência ou indexador. O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas, seguindo a sua longa tradição na geração de índices de preços — tais como o IGP-DI e o IGP-M —, começa a pesquisar segmentos específicos como os idosos.

Vagner Ardeo, André Braz, Marcelo Neri e Salomão Quadros

Economistas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas¹

A “despersonalização” da inflação não traz prejuízos à condução da política macroeconômica. Afinal, se a alta de preços é generalizada, ainda que não simultânea, será sentida em maior ou menor medida por todos os indivíduos. O controle monetário reverterá o caráter generalizado da alta. Mas esta é apenas parte da história. Há preços que sobem mais do que outros, de forma prolongada e até mesmo permanente. Da influência da taxa de câmbio ao ritmo dos ganhos de produtividade, passando pelo grau de competição em cada mercado e pelas preferências do consumidor, muitos fatores explicam a dinâmica desencontrada dos preços.

Surge assim a diversidade inflacionária. Alguns grupos sociais podem ter suas despesas concentradas em itens cujos preços, em períodos relativamente longos, subam mais depressa do que os demais. A partir dos resultados obtidos em sua última pesquisa de orçamentos familiares (POF), que foi a campo entre 2002 e 2003, a FGV está identificando alguns desses grupos e construindo índices mais específicos de inflação, como o da terceira idade. Seguindo ainda na linha de índices de preços especiais, a FGV pretende estudar o segmento de crianças e adolescentes subsidiando a aplicação de programas como o Bolsa-Família.

Balizamento — A POF permite captar demandas específicas e comportamentos privados de forma a balizar ações e reflexões nos diversos níveis de governo e da sociedade civil. O bom desenho da política pública deve se encaixar nos espaços mal cobertos pelas atitudes privadas, como a POF-FGV nos permite captar. Não tecemos aqui considerações normativas, mas tão-

somente alguns elementos descritivos úteis ao debate, como, por exemplo, aquele reaberto pelo ministro José Dirceu acerca da desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo.

O desenho do Índice de Inflação dos Idosos exige cuidados. O orçamento, nessas pesquisas, é um conceito familiar — e não individual —, logo não é possível calcular o índice de preços do idoso — a não ser, talvez, aquelas compostas apenas por idosos. Embora consideremos este cálculo interessante, optamos por conceito mais representativo para a formulação de políticas públicas: as famílias pesquisadas cuja composição comporta pelo menos 50% de idosos.² O destaque é, sem dúvida, as despesas de saúde e cuidados pessoais, ocupando 15% do orçamento contra 10,4% do conjunto de famílias pesquisadas. Nos Estados Unidos, país que sabidamente gasta muito com prevenção e tratamento de doenças, as famílias, em conjunto, dedicam cerca de 5% de seu orçamento a esta classe de despesas, informa o Bureau of Labor Statistics. Entre os cidadãos de mais de 65 anos, a fração dos gastos com saúde sobe a 11,5%, atingindo, apenas na faixa de idade acima de 75 anos, os 15% mencionados para as famílias brasileiras com predominância de pessoas com mais de 60 anos.

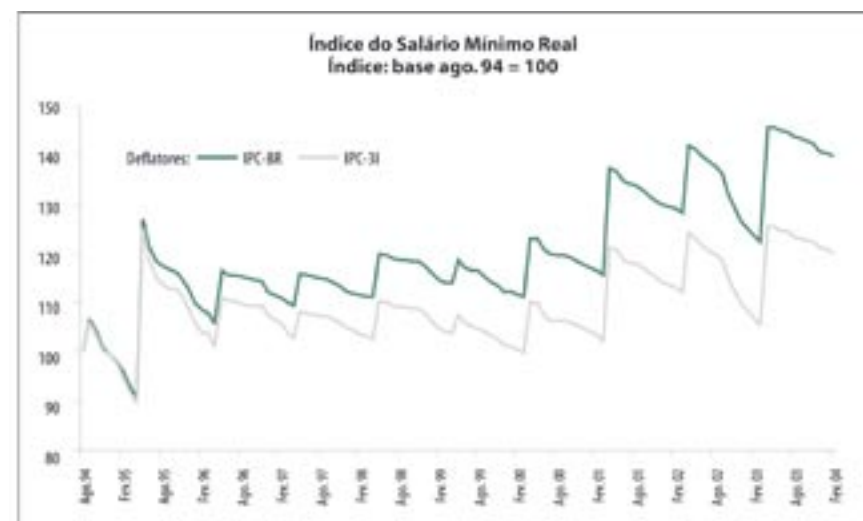
Ao dividirmos este grupo de referência em segmentos com renda abaixo e acima de oito salários mínimos, observamos novamente resultados similares (14,5% contra 15,1%, respectivamente). Entretanto, há diferenças importantes na composição das despesas de saúde por faixa de renda: serviços de saúde que incluem médicos, hospitais, laboratórios e planos de saúde ocupam

8,5% do orçamento da faixa mais alta, contra 5,1% dos demais — talvez em função do SUS. Em contrapartida, despesas com medicamentos, em geral, tomam 3% e 5,8%, respectivamente, ficando o agregado das demais despesas de saúde mais ou menos constante. Neste sentido, independentemente de questões operacionais, programas que atuam sobre serviços de saúde (como a proibição da diferenciação de preços de planos por idade ditada pelo Estatuto do Idoso), têm potencial de focalização nos pobres idosos menor do que ações voltadas à melhora da oferta de medicamentos (como o programa de farmácia popular ou o de genéricos).

Em termos da composição dos grandes grupos de consumo, as principais diferenças entre o conceito de família, com pelo menos 50% de idosos, frente ao total da população, favoráveis ao primeiro grupo são: 1º — despesas de saúde e cuidados pessoais (15% contra 10,4%, respectivamente); 2º — despesas de alimentação (30,2%; 27,5%); 3º — despesas diversas (5,79%; 4,44%); e 4º — ligeiramente habitação (32%, 31,8%). Já o inverso — isto é, maior predominância relativa do total da população em relação aos idosos — ocorre nos seguintes grupos de despesas: 1º — Transportes (7,85%; 11,72%), refletindo a menor demanda e o passe livre do idoso, pois o transporte público urbano impacta 50% a mais do conjunto total da população; 2º — Vestuário (3,67%; 5,4%), mais expressivo em relação à mulher, acima do idoso, dada a sua maior longevidade, porque as despesas com roupas femininas são proporcionalmente maiores que com as masculinas; e 3º — Educação, Leitura e Recreação (4,43%; 8,74%), com importantes diferenças de composição. A maior despesa em educação da população total (1,86%; 5,76%) reflete o maior tempo esperado para recuperação do investimento em capital humano. Já no caso de recreação e leitura, observamos resultados mais similares, apesar da maior disponibilidade para o lazer dos cidadãos seniores em função das meias entradas nas salas de cinema e de teatro (0,40%; 0,48%).

Saúde — A análise do item saúde pode ser complementada com dados da PNAD98/IBGE: o acesso a seguro saúde é similar entre grupos etários (27% na população de idosos contra 24,4% do conjunto dos habitantes). Similaridade também encontrada na qualidade destes planos em termos de cobertura de exames complementares (ambos 96%) e Direito a Internações Hospitalares (95,5% contra 93,6%). Entretanto, o acionamento dos serviços de saúde é bastante diferenciado (21,4% contra 13%). Tal diferença impacta o custo dos planos de saúde privados: aqueles cujo gasto mensal era inferior a R\$ 50 mensais (27% contra 48%). Nesse sentido, não seria inócua a recém-promulgada proibição de diferenciação de preços por faixa etária de seguro saúde pelo estatuto do idoso.


A PNAD também possibilita a análise de incidência de problemas de saúde: 10% dos idosos estiveram acamados nas duas semanas anteriores à execução da pesquisa, contra 4% da população em geral. Doenças crônicas, como hipertensão, atingem 45% dos idosos contra 10,6% do conjunto da população. Problemas cardíacos (19%; 3,9%) e depressão (11,9%; 4,9%) também podem ser interpretados como afligindo mais a terceira idade. A POF-FGV permite fazer conexões com a estrutura de consumo dos medicamentos por classe terapêutica. Comparando as famílias com pelo menos 50% de idosos com a população total, observamos as maiores diferenças nas seguintes participações de vasodilatadores para pressão arterial (46%; 22,7%), assim como de calmantes e antidepressivos (15,6%;



9,4%). Observamos relação inversa em outros medicamentos, tais como anticoncepcionais e hormônios (4%; 6,8%), dermatológicos (0,97%; 3,7%), vitaminas (1,3%; 4,4%), anti-infecciosos (0,96%; 7,2%) e analgésicos e anti-térmicos (4,5%; 9%).

O efeito das diferentes estruturas de consumo de idades diversas pode ser sintetizado em termos de índices de inflação no período. Para ilustrar a evolução histórica entre o índice de preços geral (IPC-BR) e aquele referente à família com predominância de pessoas na terceira idade (IPC-3I)³, o gráfico 1 apresenta a trajetória das duas séries desde agosto de 1994. Como se pode notar, há um descolamento gradativo e contínuo entre ambas, com o IPC dos idosos crescendo acima do IPC-BR. Nos anos cobertos pelo gráfico, a variação do IPC-3I superou a do IPC-BR em 16,42%. Isto equivale a uma diferença média anual de 1,61%.

Essa diferença implica ganho de poder aquisitivo relativamente menor para o salário mínimo no período, quando deflacionado pelo IPC-3I, em comparação com o IPC-BR. No primeiro caso o salário mínimo apresenta aumento real de 20,9%, de agosto de 1994 a fevereiro de 2004. O acréscimo passa a ser de 39,8% se o deflator for o IPC-BR. As diferentes trajetórias do indicador de poder de compra do salário mínimo estão representadas no gráfico 2.

Já nos últimos 12 meses observamos uma inflação de 6,5% no grupo de idosos contra 5,8% no IPC da população geral. Apesar de a inflação dos idosos estar em um nível superior, o seu valor é ainda inferior à variação concedida ao salário mínimo, representando um ganho de 1,02%. Nesse sentido, a substituição do índice de preços ao consumidor geral, por um índice específico que respeita a estrutura de consumo da terceira idade como referência da previdência social, teria tido um impacto mais favorável neste segmento no período recente. 

¹ Agradecemos o excelente suporte das equipes da DITI e de outros membros do CPS da DGD, ambas do IBRE. Esta nota sintetiza os principais resultados de artigos homônimos a serem publicados em português e em inglês no novo livro sobre a terceira idade editado por Ana Amélia Camarano, do Ipea.

² Uma possibilidade alternativa seria usar o conceito familiar *per capita* comum na literatura social de pobreza. Isto é, rateamos as despesas de cada domicílio pelos seus membros e depois reagrupamos por características de interesse, como os idosos ou as crianças, pois isto daria maior consistência interna ao espectro de indicadores. Outra extensão relevante na perspectiva de linha de pobreza seria o cálculo do nível — e não apenas a variação — do custo de vida de grupos especiais.

³ Construído a partir das 1.384 famílias pesquisadas pela POF 2002/03, com pelo menos 50% de pessoas com 60 anos de idade ou mais.

Índice de Preço ao Consumidor da terceira idade e da população total

Período (março de 2004 / maio de 1996)

Descrição	IPC - variação (%)		Impacto	
	Idosos	Total	Idosos	Total
IPC - Geral	92,15	74,56	100,00	100,00
Alimentação	109,60	69,09	36,65	25,69
Gêneros alimentícios	116,81	72,75	35,81	23,79
Alimentação fora	45,08	44,11	1,26	1,98
Habitação	118,05	89,23	37,82	35,70
Aluguel e encargos	68,86	58,03	7,94	9,68
Serviços públicos de residência	273,29	229,16	26,52	22,43
Mobiliário	70,21	45,71	0,17	0,65
Roupas de cama, mesa e banho	47,95	51,68	0,23	0,24
Eletrodomésticos e equipamentos	29,53	9,56	0,48	0,26
Utensílios diversos	22,20	38,16	0,15	0,40
Artigos de conservação e reparo	90,25	83,78	3,42	3,72
Serviços de residência	89,67	77,67	3,59	2,66
Vestuário	9,87	5,64	0,53	0,39
Roupas	6,04	0,14	0,22	0,01
Calçados	8,23	8,65	0,08	0,15
Acessórios do vestuário	14,45	18,39	0,06	0,09
Tecidos e armarinho	45,36	41,23	0,10	0,10
Serviços do vestuário	27,69	24,25	0,03	0,06
Saúde e cuidados pessoais	51,89	62,32	9,24	8,73
Serviços de saúde	66,09	61,37	4,84	3,81
Produtos médico-odontológicos	39,63	80,16	2,52	2,45
Cuidados pessoais	44,01	49,11	1,83	2,34
Educação, leitura e recreação	82,56	82,46	4,17	11,57
Educação	86,77	83,80	1,81	7,74
Leitura	104,98	102,75	0,63	0,70
Recreação	70,15	69,66	1,66	2,87
Transportes	111,17	99,01	8,71	14,56
Transporte público	161,70	177,74	4,56	9,61
Transporte próprio	82,44	68,59	4,14	6,38
Despesas diversas	64,09	61,66	2,87	3,36
Bebidas alcoólicas e fumo	49,59	50,70	0,91	1,54
Outras despesas diversas	109,50	85,61	2,88	2,07

Fonte: DGD/IBRE/FGV.

Bibliografia

ALMEIDA, Alexandre Nunes de, "Determinantes do consumo de famílias com idosos e sem idosos com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995/1996". Dissertação de Mestrado USP. Piracicaba, SP, setembro 2002.

CAMARANO, Ana Amélia (org); "Muito Além dos 60: Os Novos Idosos Brasileiros", IPEA, Rio de Janeiro, dezembro 1999.

HOBIJN, Bart; LAGAKOS, David; "Social Security and the consumer price index for the elderly", in Current Issues in Economics and Finance, Federal Reserve Bank of N.Y., Vol. 9, Number 5, May 2003.

FERREIRA, Francisco, LANJOUW, Peter e NERI, Marcelo; "A Robust Poverty Profile", in Revista Brasileira de Economia, Vol. 57 nº 2, pp. 59-92, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Jan. Mar. 2003.

O Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3I)

A Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pela Fundação Getúlio Vargas (POF-FGV) nas 12 principais capitais do país em 2002/2003 foi utilizada para a elaboração do Índice de Preços ao Consumidor dos Idosos. Esta nova versão do IPC da FGV, não contempla em sua essência famílias compostas somente por idosos — identificados indivíduos a partir dos 60 anos de idade. A estrutura do índice foi produzida por famílias compostas por, pelo menos, 50% de idosos e cuja renda esteja no intervalo de 1 a 33 salários mínimos.

A cesta final do índice dos idosos tem arquitetura semelhante àquela utilizada

pelo tradicional IPC divulgado pela FGV. Sua estrutura de consumo está decomposta em 7 grupos, 25 subgrupos, 88 itens e 450 subitens. A principal diferença entre o IPC tradicional e sua versão para idosos encontra-se no nível de subitens, enquanto a versão tradicional dispõe de 25 subitens a mais que a versão para os idosos.

Mas as diferenças mais importantes estão nas ponderações utilizadas em suas cestas de consumo. No desenvolvimento deste índice constataram-se importantes diferenças na estrutura de consumo de famílias com pelo menos 50% de idosos. Essas diferenças podem ser percebidas

através da estrutura de ponderações, encarregada em revelar onde as despesas realizadas por estas unidades familiares estão mais concentradas. A tabela 1 apresenta o peso das sete classes de despesas da estrutura do IPC-BR *vis-à-vis* a do IPC-Idoso. Apresentamos mais adiante a ponderação dos grandes grupos de despesas para modalidades alternativas de grupos de idosos, tais como aquelas compostas com idosos, em geral, com o grupo de referência escolhido, observamos alta sobreposição: 82% das pessoas em famílias com idosos são idosos, correspondendo a 1,5 idosos por domicílio. Ou as 994 famílias compostas apenas por idosos. Ressaltamos abaixo as diferenças entre os diversos grupos de despesas analisados para vários universos de análise

O IPC-3I já conta com uma série histórica de 14 anos, com as apurações se estendendo de janeiro de 1990 até os meses atuais de 2004. Os primeiros cálculos traduziram para os índices de inflação as diferenças encontradas nas estruturas de ponderações, totalizando variações acumuladas no período de maio de 1996 a março de 2004 (92,15% e 74,6%, respectivamente). A tabela 3 apresenta a evolução da estrutura de variações do IPC-3I e do IPC-BR e de seus impactos nesse período. Os grandes “vilões” da inflação dos idosos foram Habitação (37,8% da inflação total com inflação específica de 118%), Alimentação (36,7% da inflação total com inflação específica de 110%) e Saúde (9,2% da inflação total com inflação específica de 52%). Este último resultado contrasta com o IPC-Total onde os grupos de Educação e Transportes tiveram impactos mais expressivos do que os de Saúde.

Índices de inflação para a terceira idade permitem uma medida mais precisa da evolução de seu efetivo poder de compra. Funcionando como um sistema de referências para a execução de políticas sociais, nas áreas de saúde e de previdência. Sua correta contabilização, que apenas se inicia, é o nosso mais novo desafio.

Estrutura dos Índices de Preços ao Consumidor Total e da Terceira Idade

	IPC-BR Pop Total	Famílias com pelo menos 50% de idosos			Famílias com Idosos	Famílias só com Idosos
		IPC-3I Idosos	Até 8 salários mínimos	Acima de 8 salários mínimos		
Alimentação	27,488725	30,2332	35,3371	24,9046	30,4276	30,0479
Gêneros alimentícios	24,750333	27,9641	33,3296	22,4483	28,1985	27,6147
Habitação	31,842367	32,9964	35,2525	30,8369	32,9693	35,7917
Vestuário	5,402492	3,6760	2,7013	4,5209	3,6456	3,0078
Roupas	3,457859	2,3916	1,6820	3,0095	2,4085	1,9360
Roupas masculinas	1,274613	0,8599	0,6692	1,0517	0,9107	0,6656
Roupas femininas	1,589443	1,3461	0,8537	1,6356	1,3169	1,2038
Saúde e cuidados pessoais	10,361233	15,0288	14,4692	15,0852	14,9021	16,7940
Serviços de saúde	3,695111	6,8096	5,0930	8,4602	6,7390	8,2734
Hospitais e laboratórios	0,149579	0,5855	0,9212	0,3022	0,5876	0,7898
Médico, dentista e outros	3,545532	6,2241	4,1718	8,1580	6,1514	7,4836
Produtos médico-odontol.	2,603546	4,9063	5,7889	3,4786	4,8878	5,5022
Medicamentos em geral	2,198719	4,4753	5,4735	2,9923	4,4072	5,2173
Cuidados pessoais	4,062576	3,3128	3,5873	3,1464	3,2753	3,0184
Educação, leitura e recreação	8,744800	4,4255	1,8127	7,6253	4,4736	2,8376
Educação	5,756494	1,8622	0,5191	3,9062	1,9939	0,4443
Leitura	0,430508	0,5719	0,4166	0,7555	0,5510	0,5898
Recreação	2,557798	1,9914	0,8771	2,9635	1,9286	1,8035
Transportes	11,722055	7,8501	6,2371	9,0579	7,8726	6,3261
Transporte público	5,005745	3,0312	3,3554	2,4128	3,0429	2,1571
Transporte público urbano	4,756608	2,9111	3,2505	2,2793	2,9364	2,0605
Transporte público interurbano	0,249137	0,1202	0,1050	0,1335	0,1065	0,0966
Despesas diversas	4,438329	5,7900	4,1901	7,9693	5,7093	5,1950

Fonte: DGD/IBRE/FGV. Obs: GRUPO, SUBGRUPO e ITEM